

ORIENTAÇÃO TÉCNICA N.º3 /2009

Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana

“Programas integrados de criação de Eco-Bairros”

1. ENQUADRAMENTO GERAL

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa, através do Aviso nº 5 – PRU, de 6 de Abril de 2009, deu início ao período de candidaturas para a criação de projectos-piloto Eco-bairros, nos termos do Regulamento Específico – “Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana” (REPRU).

Ao abrigo do nº 20 do referido Aviso, considerou-se importante sistematizar no presente documento um conjunto de orientações, que se encontram dispersas por diferentes Programas e Estudos.

2. CONTEXTO

A “Política de Cidades Polis XXI” pretende orientar as intervenções nos espaços urbanos para a criação de verdadeiras oportunidades de valorização e de qualificação das “Cidades”, sustentando-se numa ambição quadripartida: i. inovação e competitividade; ii. cidadania e coesão social; iii. qualidade de ambiente e de vida; iv. bom planeamento e governação.

Em complemento, a “Estratégia Regional, Lisboa 2020” preconiza um modelo urbano revalorizado que constitua um instrumento específico de internacionalização da Região, capaz de atrair novas actividades produtivas e de lazer, promovendo uma melhor qualidade ambiental. O modelo urbano preconizado deve assumir o paradigma do desenvolvimento sustentável através da promoção de estratégias ambientais (eco-eficientes), económicas e sociais catalizadoras de novas oportunidades de mercado e investimentos, favorecendo uma maior eficácia de recursos e garantindo o funcionamento sistémico e sustentável dos mesmos.

3. CONCEITO DE ECO-BAIRRO

Entende-se por “eco-bairro” as áreas urbanas que com base nos princípios do desenvolvimento sustentável adoptem de forma integrada e articulada equipamentos, redes de infra-estruturas, técnicas, metodologias e boas práticas que permitem rentabilizar a gestão e utilização dos diversos recursos necessários ao quotidiano e vivência da população, nomeadamente energia, água, resíduos, transportes, mobilidade e espaço público, melhorando desta forma o desempenho ambiental do bairro no seu todo (espaço exterior e interior), promovendo a sustentabilidade ambiental, social, económica e cultural da área de intervenção, com impactes positivos para a qualidade de vida e quotidiano da população.

Importa referir que a criação de um “Eco-bairro”, quer pela tipologia de acções que engloba, quer pelo nível de intervenção associada (domínio público e privado) não se encontra abrangido na sua totalidade nas acções elegíveis pelo PO. Assim, a sua concepção deverá envolver parceiros privados, bem como empresas públicas, que actuem nestes domínios, por forma, a concretizar as acções não elegíveis que se venham a realizar.

4. OBJECTIVOS E METAS

Objectivos	Metas (a concretizar 2 anos após a conclusão do programa)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria da qualidade de vida e quotidiano das populações ▪ Incremento da participação colectiva ▪ Acesso e utilização dos espaços públicos e edificados por parte de todos os cidadãos ▪ Maior sensibilização da população para as questões ambientais e de eficiência energética ▪ Diminuir o consumo de água potável ▪ Reduzir a produção de efluentes ▪ Reduzir as perdas de energia e, conseqüentemente, o seu consumo específico, através da utilização de tecnologias, equipamentos, sistemas, formas de gestão e de materiais mais eficientes ▪ Reduzir a poluição atmosférica utilizando fontes renováveis de energia ▪ Reduzir a produção de resíduos e promover a sua reutilização, reciclagem e valorização ▪ Reduzir a utilização do transporte individual nos movimentos pendulares diários 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução no consumo de água potável para rega e lavagem de espaços públicos entre 60 a 80% face a valores médios de referência ▪ Reduzir o consumo de energia entre 30% a 40% face a valores médios de referência ▪ A energia eléctrica consumida nos espaços públicos deve ser equivalente à energia eléctrica de fontes renováveis produzida no próprio bairro ▪ A recolha selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos tenha uma cobertura de 100% ▪ Aumentar entre 30% a 50% a percentagem de RSU recolhidos para reciclagem comparativamente aos valores de referência (ano 0)

5. TIPOLOGIA DE PROJECTOS

Tipologia de projectos	<p>“Projectos Piloto”:</p> <ul style="list-style-type: none"> - em áreas consolidadas; - em áreas novas, construídas de raiz
Tipologia de áreas	<p>Áreas urbanas consolidadas ou novas áreas em contínuo urbano que formem um todo sócio-económico e cultural coerente e que contenham usos mistos.</p> <p>A área deve dimensionar-se entre os 15ha e os 200ha e com uma população entre os 3.000 e os 20.000 habitantes</p>
Tipologia de acções	<p>A tipologia de acções abrange vários domínios de intervenção, sendo que à luz do conceito de Eco-bairro o conjunto de técnicas, metodologias e boas práticas a adoptar devem, entre outros aspectos, garantir cumulativamente que no final do período de execução do projecto:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Recolha selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos ▪ Os espaços públicos sejam dotados de circuitos de rega que evitem a utilização de água potável em tal uso ▪ Os espaços públicos sejam dotados de iluminação de alta eficiência energética ▪ Adequação dos espaços e vias públicas que apoiem o desenvolvimento de outros mecanismos de mobilidade e acessibilidade
Tipologia dos parceiros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parceiros locais, regionais, centrais ▪ Entidades fornecedoras e gestoras de serviços (água, energia) ▪ Entidades gestoras dos espaços verdes públicos e/ou privados ▪ Associações de moradores, construtores, transportes, (...) ▪ Ordens ▪ Parceiros económicos, sociais, educativos, culturais, etc

6. TIPOLOGIA DE ACÇÕES

As tipologias de acção não se esgotam nas que são de seguida apresentadas. Deverão, ainda, ser adoptadas apenas aquelas que melhor respondam ou se adequem às características da área de intervenção (Eco-Bairro) e aos objectivos e metas estabelecidas.

Domínios	Tipologia de acções
Água	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Usar dispositivos de poupança de água (ex. autoclismos, torneiras) ▪ Reutilização dos efluentes “cinzentos” (águas resultantes de lavagens domésticas), nomeadamente em autoclismos e em lavagem de espaços públicos ▪ Dar preferência a equipamentos que impeçam o uso de água quente quando esta não for necessária (ex.: as torneiras de mono controlo de temperatura, quando deixadas na posição de quente ao serem posteriormente utilizadas fornecem água aquecida desnecessariamente) ▪ Utilizar sistemas mais rápidos e eficientes de aquecimento de água para que não haja desperdícios de água até que esta aqueça; ▪ Utilizar equipamentos com baixo consumo de água (ex.: máquinas de lavar roupa e louça); ▪ Usar/criar mecanismos de recolha de águas pluviais (para autoclismos, regas e lavagens espaço público);

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recorrer a um tratamento local dos efluentes, dando um uso também local do efluente tratado, quando as condições assim o permitam e justifiquem – nomeadamente o uso de fito-ETARs ou outros sistemas, que mesmo que não alcancem o mesmo nível de qualidade da água, a mesma possam ser utilizado para funções que o permitam ▪ Sempre que possível, como no caso de espaços públicos (regas e lavagens), fazer aproveitamento, sem causar o deterioramento dos recursos hídricos locais ▪ Selecção de espécies de flora nos espaços verdes públicos ou privados, adequadas ao clima da localidade, de forma a reduzir as suas necessidades de água. ▪ Criação de um plano de gestão e monitorização que incorpore as boas práticas no tratamento e na utilização da água
Energia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maximizar o aproveitamento da energia passiva ▪ Recorrer a energias de fonte renováveis adequadas ao local, ao ordenamento e planeamento local, e às características do edificado ▪ Utilização de mecanismos e equipamentos energeticamente mais eficientes (ex.: lâmpadas, máquinas de lavar roupa e louça e outros electrodomésticos) ▪ Implementar sistemas inteligentes na iluminação dos espaços privados e públicos ▪ Implementar sistemas inteligentes de aquecimento e arrefecimento dos espaços (nomeadamente adequados à sua dimensão) ▪ Dar preferência a equipamentos que impeçam o uso de água quente quando esta não for necessária (ex.: as torneiras de mono controlo de temperatura, quando deixadas na posição de quente ao serem posteriormente utilizadas fornecem água aquecida desnecessariamente) ▪ Utilizar sistemas mais rápidos e eficientes de aquecimento de água para que não hajam desperdícios até que esta aqueça ▪ Estimular usos mistos no bairro de forma a permitir transferências e um melhor aproveitamento da energia, fazendo uma optimização da energia renovável que não sendo produzida de acordo com as suas necessidades temporais deverá evitar o seu armazenamento de elevados custos ▪ Criação de espaços verdes com vegetação adequada e compatível com as necessidades enérgicas do edificado (sombreamento) ▪ Criação de um plano de gestão e monitorização que incorpore as boas práticas no tratamento e na utilização da energia
Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de um plano de gestão e monitorização de resíduos ▪ Redução, reutilização e separação de resíduos sólidos e líquidos, nomeadamente óleos ▪ Ajustar a localização, design e dimensão dos ecopontos às necessidades e características do bairro ▪ Reaproveitamento de resíduos orgânicos para a fertilização das áreas verdes (compostagem) e/ou para a produção de energia térmica. ▪ Nas novas construções privilegiar a utilização de materiais de construção recicláveis e/ou reciclados ▪ Adoptar soluções que minimizem a utilização de materiais não necessários ▪ Utilizar materiais certificados ambientalmente e de baixo impacte
Acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de bolsas de estacionamento em áreas que promovam a circulação pedonal, o uso da ciclovia (caso a modelação do terreno o permita) e dos interfaces com sistemas de transportes públicos, promovendo a segurança e a qualidade do espaço público ▪ Redes locais de transportes colectivos sustentáveis que assegurem a ligação aos interfaces de transportes ▪ Promoção e desenvolvimento das redes de transportes públicos adequada (frequência e destino/origem) às necessidades locais, tendo em vista a redução do uso automóvel privado

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os veículos utilizados nas redes de transportes públicos colectivos deverão ser sustentáveis dos pontos de vista energético e ambiental (eléctricos, GNL) ▪ Apoio ao desenvolvimento de outros mecanismos de mobilidade que reduzam a utilização do transporte individual, como por exemplo: car-pooling, pedi-bus ▪ Permitir a acessibilidade aos espaços e transportes públicos a pessoas portadoras de deficiência ▪ Criação de vias próprias e adequadas aos vários tipos de mobilidade (pedonal, ciclável) ▪ Adequar os passeios quer em termos de acessos (rampas) quer em termos das suas características (largura, tipo de piso) a todos os indivíduos ▪ Utilizar materiais de fonte local/regional, de modo a reduzir as necessidades de transporte associado (sempre que possível num raio não superior a 50km) ▪ Criação de espaços e/ou redes/sistemas comunicacionais que minimizem necessidades de deslocações físicas das pessoas e trabalhadores aos serviços de utilidade pública
--	--

5. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DAS CANDIDATURAS

Os critérios de selecção descritos no ponto N.º15 do Aviso n.º5 / PRU para a apresentação das candidaturas ao PORLisboa, assim como os dados referentes aos indicadores constantes no Formulário da Candidatura são fundamentais para a análise e avaliação de mérito das candidaturas.